MODÉLO C do decreto-lei n.º 26:779, de 11 de Julho de 1936

(a)

AUTO

Aos ... dias do mês de ... de 19... , autuei, nos termos do artigo 6.º do decreto n.º ... , de ... de ... de ... (*Ordem do Exército* n.º ... do mesmo ano (1.ª série), o ... n.º ... da ... desta ... , filho de ... e de ... , de ... anos de idade, natural de ... , freguesia de ... , concelho de ... , por não ter pago voluntariamente a multa de ... , que lhe foi aplicada em ... de ... de 193... , nos termos do artigo 1.º do decreto n.º ... , de ... de ... de 1936, do regulamento geral do serviço do exército, por (b) ... , em ... de ... de 193...

Quartel em ... , ... de ... de 193...

O (c) ...

...

O (a) ... de que trata este auto foi ... em audiência de ... de ... de 193... a ... , pela falta cometida em ... de ... de 193...

Comarea de ... , ... de ... de 193...

O Delegado do Procurador da República,

...

(a) Corpo ou estabelecimento.

(b) Infração.

(c) Entidade que levanta o auto.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos
e Eléctricos

Decreto-lei n.º 26:780

A Câmara Municipal de Bragança representou ao Governo sobre a necessidade de estabelecer a obrigatoriedade de ligação de todos os prédios urbanos situados na área servida pela rede de saneamento da cidade, de harmonia com os projectos aprovados, e bem assim que lhe seja proporcionada a receita suficiente para fazer face aos encargos resultantes da execução do melhoramento.

Reconhecendo-se a justiça da pretensão da Câmara, resolve o Poder Central patrocinar esse empreendimento.

Nestes termos;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Câmara Municipal de Bragança obriga-se a executar, conforme os projectos que forem sendo aprovados pelo Governo, as obras necessárias ao saneamento da cidade.

§ 1.º As obras serão executadas por empreitada, com prévia aprovação, pelo Governo, dos respectivos cadernos de encargos.

§ 2.º As obras relativas à instalação de canalização de esgôto na Rua do Loreto, Rua Alexandre Herculano, Praça da Sé, Rua Abílio Bessa, Rua 1.º de Dezembro e Rua Marquês de Pombal, que constituem a primeira fase do saneamento da cidade de Bragança, deverão ficar concluídas no prazo de nove meses, a contar da data da publicação deste decreto-lei.

§ 3.º Independentemente da fiscalização exercida pela Câmara, o Governo exercerá a fiscalização técnica e administrativa das obras por intermédio da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos.

Art. 2.º De harmonia com o disposto no artigo 110.º do decreto n.º 21:699, de 19 de Setembro de 1932, é concedida à Câmara Municipal de Bragança, para execução das obras de saneamento a que se refere o § 2.º do artigo anterior, a participação do Estado, pelo Fundo de Desemprego, nos encargos da mão de obra, até à importância de 54.413\$.

§ único. É considerada nula e de nenhum efeito a portaria de 26 de Agosto último, que concedeu, para execução das obras a que se refere o corpo deste artigo, a participação de 54.413\$ pelo Fundo de Desemprego.

Art. 3.º Todos os proprietários de prédios construídos ou a construir, quer marginando vias públicas, quer afastados delas, na área da cidade de Bragança onde se encontre construída a rede de esgotos são obrigados a estabelecer, pela forma prescrita neste decreto-lei e nos regulamentos de salubridade e higiene em vigor, as instalações sanitárias necessárias a um completo e perfeito saneamento do prédio, e bem assim a ligá-las àquela rede.

§ único. A Câmara estabelecerá os prazos dentro dos quais os proprietários dos prédios situados nas diferentes ruas da cidade terão de dar cumprimento ao disposto neste artigo.

Art. 4.º Nenhum projecto de construção, reconstrução, grande reparação ou ampliação de prédios situados na área da cidade de Bragança onde se encontre construída a rede de esgotos poderá ser aprovado sem incluir as respectivas instalações sanitárias interiores.

Art. 5.º Não é permitido fazer qualquer ligação, modificação ou reparação nas instalações aprovadas sem prévia autorização da repartição competente da Câmara Municipal de Bragança.

Art. 6.º A rede de esgotos é destinada ao esgôto de matérias fecais, de águas sujas domésticas e de águas pluviais, e bem assim de águas residuais de estabelecimentos industriais ou águas de qualquer outra proveniência.

Art. 7.º É proibido introduzir na rede de esgotos sobejos de comida, lixo, entulho, areias, cinzas, matérias explosivas ou inflamáveis e, em geral, qualquer substância sólida que possa obstruir ou danificar as canalizações.

§ único. Os moradores do prédio que hajam procedido em contravenção do disposto neste artigo ficam obrigados ao pagamento das despesas com as reparações que se tornarem necessárias, independentemente das multas que forem estabelecidas.

Art. 8.º Dentro da área servida pela rede de esgotos não podem de futuro construir-se sumidouros, depósitos ou fossas de despejo de matérias fecais ou águas sujas domésticas.

§ único. Os proprietários dos prédios onde ainda existam tais sumidouros, depósitos ou fossas são obrigados a tapá-los, desinfectando-os convenientemente, nos prazos que a Câmara fixar.

Art. 9.º As instalações sanitárias obrigatórias compreendem, pelo menos, uma retrete em cada habitação e uma pia de despejo em cada cozinha, satisfazendo às devidas condições higiénicas.

Art. 10.º Nas escolas, fábricas, estabelecimentos comerciais e quaisquer outros edifícios particulares onde houver aglomeração de pessoas, deverá instalar-se, pelo menos, uma retrete por cada vinte e cinco pessoas, além dos necessários urinóis.

Art. 11.º Nas escolas com internato, asilos, hotéis, casas de hóspedes e, em geral, quaisquer edifícios parti-

culares destinados a habitação em comum, deverá haver, pelo menos, uma retrete e um quarto de banho, que poderá ser de simples chuveiro, por cada vinte pessoas que aí habitem normalmente.

Art. 12.º Para as instalações sanitárias referidas neste decreto-lei, ficam os proprietários obrigados a utilizar água da rede municipal de distribuição, quando esta estiver em funcionamento, se os respectivos prédios não possuírem água privativa em condições de ser utilizada para esse fim.

Art. 13.º Para fazer face aos encargos da instalação e conservação do saneamento da cidade de Bragança, é autorizada a respectiva Câmara Municipal a estabelecer taxas de ligação e de conservação em função dos rendimentos colectáveis dos prédios.

§ 1.º A taxa de ligação será paga no acto da concessão de licença para a ligação e não será superior a 12 por cento do rendimento colectável do prédio.

§ 2.º A taxa de conservação será anual, paga em duas prestações semestrais, e não será superior a 1,5 por cento do rendimento colectável do prédio.

§ 3.º Ficam isentos do pagamento da taxa de conservação os prédios cujo rendimento colectável anual seja inferior a 150\$.

Art. 14.º A obrigação do pagamento da taxa de ligação incumbirá aos proprietários dos prédios ou aos requerentes da licença para a ligação.

Art. 15.º A obrigação do pagamento da taxa de conservação ficará a cargo dos proprietários dos prédios.

§ 1.º Os proprietários dos prédios arrendados anteriormente à data da publicação deste decreto-lei terão o direito de regressão sobre os inquilinos, fazendo-os pagar na proporção da renda e do tempo em que hajam habitado os prédios depois de estabelecida a taxa a que se refere o presente artigo; a taxa considerar-se-á incorporada na renda e com as mesmas consequências desta.

§ 2.º Nos arrendamentos posteriores à data da publicação deste decreto-lei, o senhorio deverá fixar a renda tendo em atenção todos os encargos e juntando a taxa de conservação.

Art. 16.º Para os prédios de rendimento colectável não superior a 150\$, fica a Câmara autorizada a proceder às ligações à rede de esgotos por grupos de prédios ou de qualquer outro modo que julgue mais conveniente, de forma a evitar um encargo anual superior a 10 por cento da respectiva renda, encargo este que será dividido pelos prédios proporcionalmente ao seu rendimento colectável.

Art. 17.º A requerimento dos interessados, ou quando os trabalhos referidos no artigo 3.º e no § único do artigo 8.º deste decreto-lei não forem executados dentro dos prazos estabelecidos, poderá a Câmara tomar a iniciativa da sua execução por conta dos proprietários dos prédios e cobrar-lhes as respectivas despesas por uma só vez, ou no máximo de doze anuidades, se assim fôr requerido, mediante o acréscimo do juro anual de 5 por cento.

§ único. As despesas de obras de saneamento, a pagar à Câmara pelos proprietários dos prédios, compreendem:

- a) Taxa de ligação;
- b) Custo orçamentado das obras, abrangendo:
 - 1) Custo do projecto, que não poderá exceder 75\$;
 - 2) Materiais e salários;
 - 3) Despesas de administração, até ao limite de 6 por cento do orçamento da mão de obra e materiais;
 - 4) Seguro do pessoal, até 2 por cento da verba da mão de obra.

Art. 18.º As despesas das obras de saneamento executadas nos termos do artigo anterior serão cobradas por meio de «títulos de cobrança» elaborados pela repartição municipal competente.

§ 1.º No caso de o pagamento não ser feito por uma

só vez, deverá ser feita menção no «título de cobrança» do valor das anuidades de juro e amortização e respectivas datas de vencimento.

§ 2.º O crédito representado pelos «títulos de cobrança» gozará do privilégio imobiliário especial sobre o prédio a que disser respeito, tomando o lugar entre os n.ºs 1.º e 2.º do artigo 887.º do Código Civil.

§ 3.º Os «títulos de cobrança» são transmissíveis por endosso, sem direito de regresso e sem prejuízo dos privilégios estabelecidos neste decreto-lei.

Art. 19.º A Câmara poderá efectuar directamente as obras a que se refere o artigo 17.º, ou adjudicar em hasta pública a sua realização total ou parcial, devendo porém tomar para bases do concurso os preços por unidades de trabalho.

§ único. Em qualquer dos casos o proprietário será avisado, por carta registada com aviso de recepção, do início e conclusão das obras, devendo, no prazo de quinze dias, após a conclusão, liquidar na Câmara as respectivas despesas ou requerer a sua liquidação em prestações, conforme prevê o artigo 17.º

Art. 20.º No caso de falta de pagamento da importância devida, será o mesmo pagamento exigido perante o Tribunal das Execuções Fiscais, nos termos estabelecidos para as contribuições municipais.

Art. 21.º É permitido aos proprietários dos prédios urbanos ligados à rede de saneamento, nos termos deste decreto-lei, quando arrendados, cobrar dos respectivos inquilinos uma quantia correspondente a 8 por cento ao ano do custo da obra dividida por duodécimos.

§ 1.º Se o prédio estiver ocupado por mais de um inquilino, a distribuição do produto daquela percentagem será feita na proporção dos respectivos rendimentos colectáveis inscritos nas matrizes.

§ 2.º Nos prédios nas condições do artigo 16.º não poderá este aumento exceder 10 por cento da renda colectável constante da respectiva matriz.

Art. 22.º O inquilino poderá porém eximir-se da obrigação do aumento de renda desde que requeira à Câmara, antes de concluída a obra, para efectuar o pagamento em dinheiro, do seu custo ou da parte proporcional fixada nos termos do § 1.º do artigo anterior, para o que deverá instruir o requerimento com certidão da secção de finanças.

Art. 23.º Para a realização das obras de saneamento, sua inspecção e fiscalização, poderá a Câmara Municipal, pelos seus encarregados ou adjudicatários, entrar durante o dia, livremente, mediante prévio aviso, nos prédios a beneficiar ou beneficiados, para o que requisitará, se tanto fôr necessário, o auxílio da polícia de segurança pública.

Art. 24.º A Câmara Municipal de Bragança submeterá à aprovação do Governo, até ao fim do ano de 1936, o projecto do regulamento para o saneamento da cidade, o qual só entrará em vigor depois de aprovado pelos Ministros do Interior e das Obras Públicas e Comunicações.

Art. 25.º As dúvidas e omissões respeitantes à técnica e execução das obras referidas no presente decreto-lei serão resolvidas por despacho do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, ouvidas as entidades competentes.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Julho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.